

## Por 20 votos a 2, deputados aprovam intervenção na Saúde

Gilberto Leite



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou o decreto de intervenção do Governo do Estado na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, seguindo os pareceres da Comissão de Constituição,

Justiça e Redação e de Saúde. A intervenção cumpre a decisão do Órgão Especial do TJMT, que determinou a intervenção administrativa na Saúde Pública da capital. Essa é a segunda vez que o Governo

assume uma gestão da massa. Em dezembro, uma decisão do desembargador Orlando Perri tirou a Saúde das mãos da Prefeitura, mas a liminar foi suspensa por ordem do STJ

PÁG. 4

## AGU aciona STF para travar obras do BRT

Reprodução | Anteprojeto BRT

A Advocacia-Geral da União apresentou um pedido ao STF, para reconsiderar a decisão que suspendeu o acórdão do TCU, que bloqueou o processo licitatório do BRT em Mato Grosso. A decisão, segundo a AGU, tira a competência do TCU em emitir recomendações a órgãos federais, o que violaria a Constituição Federal. Além disso, alega que o TCE não tem legitimidade para ingressar com o pedido de mandado de segurança contra o acórdão do TCU

PÁG. 6



## Interventora exonera secretário e mais 27

A interventora do Estado na Saúde de Cuiabá, Danielle Carmona Bertucini, exonou mais um grupo de servidores da pasta municipal, entre eles, o secretário de Saúde, Guilherme Salomão dos Santos. A lista de exonerados foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) que circulou nesta sexta-feira, 17 de março. No total, foram demitidos 28 funcionários, sendo 26 da Saúde e os dois principais diretores da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, o diretor-geral Paulo Ros e o diretor técnico Vinicius Gatto

PÁG. 4

## Preço da cesta básica se mantém acima de R\$ 770

Gilberto Leite



Com crescimento de 0,01% na terceira semana de março, a cesta básica atingiu R\$ 774,37 em Cuiabá e segue em ritmo de estabilidade nos preços pela quarta semana consecutiva. O indicador tem apresentado pequenas altas, que, juntas, totalizam crescimento de 0,41% desde a última semana de fevereiro. Um dos produtos que teve maior variação foi o tomate, que cresceu 11,85% na semana, devido a menor colheita da safra atual, impactando sua oferta e preço nos supermercados. Já a batata e a banana registraram retração semanal no preço de -4,23% e -2,83%, respectivamente. As boas produções contribuíram para a melhora da disponibilidade desses alimentos nos mercados, diminuindo, assim, seus valores

PÁG. 8

## Botelho quer regras para disputa interna

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), comunicou ao governador Mauro Mendes (União) que os deputados vão alterar o valor estipulado no projeto de lei que cria limite para o uso de emendas parlamentares e de recursos do próprio governo na realização de

eventos culturais e shows. A proposta foi elaborada pelo governador no ano passado diante da polêmica sobre os gastos públicos com shows seretanejos, estipulando um limite de R\$ 200 mil para os gastos públicos com shows, seja de emenda ou recursos do Estado

PÁG. 5

## MT sofre queda em exportação de carne

Exportações de carne bovina de Mato Grosso caíram 10,18% em fevereiro devido ao embargo da China após um caso atípico de mal da vaca louca. Ainda assim, a média exportada está 32,73% acima da média dos últimos cinco anos.

Segundo o Imea, os preços da arroba da vaca gorda caíram devido ao grande volume de fêmeas enviadas aos frigoríficos, enquanto os compradores chineses aguardam retomada das compras ainda neste mês

PÁG. 7

Gilberto Leite



## EDITORIAL

## Agro é sustentável

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que res-

peitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultuosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exporta-

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

**FARMÁCIA**  
Unimed  
Cuiabá

rem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

## Modernização do mercado do ouro

Pedro Eugênio Gomes (\*)

Sabemos que a atividade minerária no Brasil enfrenta desafios constantemente na busca pela legalização e desmitificação de um segmento e mercado, que infelizmente, no decorrer da história carregou uma imagem bastante negativa.

Hoje sabemos que existem realidades diferentes, que a mineração, em pequena e média escala, pode ocorrer de forma legal, atuando em áreas regulares, com as devidas permissões, consistentes nos lastros minerários e ambientais, emitidos pelos órgãos reguladores competentes e, principalmente, em total sinergia com uma atividade salutar dos pontos de vistas econômicos, sociais e ambientais.

É nisso que parte dessa mineração do Brasil vem cada vez mais se destacando a nível mundial, sendo referência e modelo de mineração de pequena escala consciente. Este país, que é um dos maiores produtores minerais do mundo, se incentivar o crescimento dessa atividade, pode contribuir fortemente para o desenvolvimento direto de muitos municípios.

Da mesma forma, destacamos os trabalhos desenvolvidos por algumas instituições financeiras, reguladas pelo Banco Central do Brasil, que atuam como primeiras adquirentes de ouro oriundo dessa pequena mineração, que entenderam que as práticas que aconteciam no mercado até então não são mais aceitáveis, que atualmente para estar posicionado no mercado, é preciso agir de forma diferente, fomentando o desenvolvimento de mecanismos e controles para que, suas atividades sejam pautadas na regularidade e conformidade, a fim de dar maior robustez e longevidade ao negócio.

Por esse motivo, essas mesmas instituições são as maiores interessadas na implementação das notas fiscais eletrônicas (NF-e), pois tal fato seria um marco no processo de regularização do segmento. A modernização na emissão dos documentos fiscais eletrônicos, que até então são impressos e físicos, trará ao mercado maior controle quanto a origem, negociações, e também ao transporte do material, visto que essas informações seriam transmi-

tidas em tempo real, de forma pública e transparente.

Esse cenário irá de encontro ao que vem sendo desenvolvido por essas empresas, pioneiras na nova era do mercado do ouro do Brasil, que estão inovando trazendo diferenciais desde o processo de cadastramento de fornecedores, investimento em tecnologias, implementação de padrões internacionais de diligências e controles, bem como desenvolvendo uma estrutura robusta de Governança e Compliance.

Também, a implementação das notas fiscais eletrônicas nas negociações de ouro auxiliaria na mitigação de uma das maiores e principais preocupações existentes hoje dentro da cadeia de produção mineral de ouro, a originação e rastreabilidade, pois seria possível dar maior segurança que o ouro comercializado não seja advindo de nenhuma atividade ilegal ou irregular, ou até mesmo que a negociação não sirva para prática de atos ilícitos.

Por essa razão, além dos esforços realizados pela iniciativa privada, é de suma importância o suporte e atuação do

Poder Público, a fim de garantir normativas e ferramentas que assegurem um controle mais efetivo das atividades.

A verdadeira mudança só ocorrerá quando todos os agentes envolvidos entenderem a importância de seu papel dentro da cadeia, unindo forças pela evolução e desenvolvimento do segmento do setor mineral, bem como de valorização e proteção dos povos originários e do meio ambiente.

Esse cenário precisa ser mudado, é inaceitável que um mercado que movimenta milhões de reais diariamente, que promove milhares de empregos formais, diretos e indiretos, seja fomentado a economia como um todo, seja tratado de forma tão arcaica, com notas fiscais impressas em papel, dando espaço para aqueles que querem trabalhar irregularmente.

\* PEDRO EUGÊNIO GOMES PROCÓPIO DA SILVA é diretor da Fênix DTMV



## Conformidade com a LGPD

Filipe Curvello (\*)

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) está em vigor desde 2020 e fala sobre o tratamento e proteção de dados pessoais, tendo o objetivo de garantir a transparência e a segurança das informações. Muitas empresas já concluíram boa parte das etapas iniciais, porém esse ainda é um assunto que demanda ações contínuas.

Depois de iniciar a adequação à LGPD é necessário manter os projetos de proteção de dados, estar preparado para fiscalizações e, claro, alterações na regulamentação. A Lei impacta diversos setores da economia e precisa ser colocada em prática diariamente para a segurança dos usuários, mas também da própria empresa e funcionários. Trago abaixo quatro dicas para auxiliar as empresas a estarem mais seguras digitalmente, em conformidade com a Lei.

**1. Conscientização e treinamentos para equipes**

O primeiro passo para uma empresa estar de acordo com a LGPD é conscientizar os funcionários da importância do assunto.

É importante que todos dentro da empresa saibam do que a Lei trata e de como a legislação pode atuar, além de entender o que são dados e como eles podem ser tratados em linha com a legislação.

Para termos uma ideia de como a LGPD atua, é só pensarmos que um documento que contenha dados pessoais, e seja armazenado de maneira incorreta, já pode representar um potencial prejuízo ao titular de dados. Além da conscientização, também é importante investir em treinamentos periódicos com todos visando garantir a segurança e comprovação de adequação à Lei.

**2. Organização de documentos e processos**

A LGPD é uma legislação que atua tanto no meio online quanto off-line, portanto é imprescindível que as práticas de tratamento - online ou offline - estejam em acordo com a lei e ancoradas em uma das bases legais que a LGPD traz para justificar o tratamento de dados pessoais.

Contratos e outros documentos antigos podem ser revisitados para avaliação da necessidade de inclusão de cláusulas vi-

sando a proteção, além disso é importante investir em ter um mapeamento do uso dos dados na organização, proporcionando mais transparência, cuidado e integridade com as informações pessoais.

**3. Criação de comitê voltado à LGPD**

Já sabemos que LGPD é um assunto sério e visando facilitar a adequação das empresas, uma dica é a criação de um comitê específico para o assunto com nomeação de um ou mais responsáveis.

Com a criação de um núcleo responsável por essa tarefa, o acompanhamento das ações é facilitado, assim como uma possível revisão e reestruturação. É importante manter esse comitê de forma permanente, já que atualizações na legislação podem ser feitas.

**4. Priorização da Segurança da Informação**

Não podemos falar de LGPD sem falar sobre Segurança da Informação (SI). A segurança é um dos requisitos dessa legislação e é impossível cumprir as normas sem investir em SI.

Um bom início é a criação de uma Política de Segurança, investimentos em

firewalls, ferramentas de monitoramento, testes de intrusão controlada e certificações, por exemplo.

Porém é importante ter sempre em mente que são ações contínuas, portanto não basta dar início aos procedimentos e não dar seguimento. É preciso estar atento a possíveis ameaças, monitorar riscos e atualizar sistemas a todo momento.

A LGPD veio para auxiliar a segurança de todas as pessoas e as empresas precisam estar adequadas para a própria segurança também. Investir em ações que tenham como objetivo a adequação à legislação são mais do que necessárias, já que o não cumprimento pode levar a multas, ações judiciais e danos à imagem da empresa.

FILIPHE CURVELLO é Gerente Administrativo, responsável pelos times de Legal, Compliance e People da Juntos Somos Mais, além de ser o Encarregado de Dados.



## A Geologia do Portão do Inferno

Caiubi Kuhn, (\*)

O Portão do Inferno, local existente na MT 251 entre Cuiabá e Chapada, sempre despertou a atenção de muitas pessoas da região, devido ao abismo e a bela paisagem. Mas como se formou esse local?

Todas as paisagens que observamos é resultado da interação entre processos geológicos relacionados a dinâmica interna da terra, formam e transformam as rochas, e os processos da dinâmica externa, tais como condições climáticas, chuvas, ventos e outros agentes que atuam na erosão das rochas e solos.

No Portão do Inferno existem três unidades geológicas diferentes, o Grupo Cuiabá, a Formação Furnas e a Formação Botucatu, e elas foram fundamentais para que fosse formado este local da forma como conhecemos hoje. As rochas destas unidades se formaram em diferentes momentos da história do planeta, e estão sobrepostas, como se fosse um bolo. Cada conjunto de rochas que foi citado, é separado do outro por muitos milhões de anos de diferença de idade.

A primeira unidade (Mais antiga) é o Grupo Cuiabá, composto por rochas metamórficas que guardam a história de um processo de abertura e fechamento de oceano. No nosso

planeta as placas tectônicas atuam de forma contínua. A África e a América do Sul, por exemplo, se afastam cerca de 2 centímetros por ano. Por outro lado, o oceano pacífico se fecha alguns centímetros a cada ano. Isso significa de daqui algumas dezenas ou centenas de milhões de anos, o oceano Pacífico iria se fechar, e as Américas se encontrariam com Ásia ou a Austrália, e formarão um único continente. Um processo similar a esse ocorreu com as rochas do Grupo Cuiabá, que conta um processo completo, de abertura e fechamento de um oceano com a formação de uma grande cordilheira parecida com Himalaia, que se estendia desde a região de Cuiabá até a divisa com Goiás e parte do Mato Grosso do Sul. Estas rochas possuem idade entre cerca de 1 bilhão de anos e 500 milhões de anos. No portão do inferno elas estão no fundo do abismo, e são os mesmos tipos de rochas encontradas em muitos locais da baixada cuiabana.

Já as rochas da Formação Furnas registram um oceano que recobriu a borda oeste do que hoje é a América do Sul, entre 410 e 360 milhões de anos. As rochas arenosas que compõem essa unidade, podem ser observadas de desde a base do abismo, até a base da estrada. O leitor quando for a Chapada, pode reparar que as rochas da porção inferior do portão do inferno são arenitos com coloração bege.

A Formação Botucatu, é composta pelos arenitos vermelhos, formados em um grande deserto parecido com o Saara, que recobriu parte da América do Sul, no final do período Jurássico e início do período Cretáceo, algo entorno de 150-140 milhões de anos. Essas rochas formam os paredões vermelhos da Chapada dos Guimarães que estão à esquerda da estrada, para quem

está subindo de Cuiabá para Chapada. Nesta unidade geológica o leitor consegue observar marcas do que eram as antigas dunas que formavam o antigo deserto.

No percurso entre a Salgadeira e o Curva da Mata Fria, a estrada passa exatamente nesta superfície que separam as formações Furnas e Botucatu. A lenta evolução do relevo, fez com que esse contato fosse o melhor local para subir da baixada cuiabana para Chapada dos Guimarães, isso porque as diferenças nas rochas propiciaram o desenvolvimento deste patamar no qual passa a estrada.

Outro fato interessante é que as mesmas rochas que hoje formam os paredões de Chapada dos Guimarães, em algum momento já recobriram também a região de Cuiabá. A queda de blocos rochosos na estrada, ou em outros locais, são a demonstração do processo natural de recuo destes paredões. Isso significa que daqui alguns milhares ou milhões de anos, a escarpa estará ainda mais recuada e o relevo será bem diferente do que é hoje.

Quando você viajar e olhar a paisagem, saiba sempre que ela é resultado da interação entre processos geológicos e climáticos, que controlam a formação do solo e o modelamento do relevo e da geomorfologia. Claro que esse processo demora milhares ou milhões de anos, mas é sempre bom pensar e tentar imaginar como era o nosso planeta em outros tempos.

CAIUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



Jornal  
**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

**BBB DA SEGURANÇA**

O secretário de Segurança Pública de MT, coronel Roveri, disse que a instalação dos objetos não é um assunto pacificado no país

# Câmeras em fardas padece de estudo

**Da redação**

O secretário de Segurança Pública, coronel César Augusto Roveri, disse que a instalação de câmeras de vigilância nas fardas dos policiais não é um assunto pacificado no país. Em entrevista à imprensa, o gestor evitou comentar se é contra ou a favor da ideia, mas destacou que o assunto padece de estudo técnico, principalmente sobre o impacto financeiro.

Em Mato Grosso, o assunto está em debate desde o ano passado,

quando o deputado Wilson Santos (PSD) apresentou um projeto de lei em que obriga o Estado a monitorar a atividade policial.

A matéria causou polêmica e o autor acusou os deputados da Segurança de ter travado a tramitação da proposta e, neste ano, reapresentou o texto com a missão de sensibilizar os colegas a votarem a favor destacando dados do Governo de São Paulo sobre mortes decorrentes de intervenção policial.

“Pouquíssimas unidades da federação fazem o uso dessas câmeras no fardamento dos policiais. Estive três vezes neste ano no Ministério da Justiça em reuniões com o ministro e com o secretário nacional e com todos os secretários de Segurança do país e em nenhuma dessas reuniões nós abordamos esse assunto.

É um assunto que será tratado para ter um alinhamento em nível nacional, não só dentro do Estado de Mato Grosso”, disse o secretário.

Roveri destacou que a Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) faz parte da comissão da Assembleia que discute o tema. Ele frisou que a instalação no Estado padece de uma previsão orçamentária.

“Afim de contas nós estamos falando em torno de 1,1 mil a 1.150 policiais por dia por serviço no Estado, então teremos que ter câmeras, teremos que ter softwar, armazenamento desse material [...] nós temos muita coisa para decidir sobre esse assunto, não é um assunto simples, como eu disse precisa de um estudo técnico e impacto financeiro para o cumprimento desse uso das câmeras”, comentou.



O secretário, coronel Roveri, afirmou que pouquíssimas unidades da federação fazem uso das câmeras no fardamento dos policiais

**CASAMENTO PARTIDÁRIO**

# Federação amplia força para disputar Alencastro

**Da redação**

O presidente do PSB em Mato Grosso, deputado Max Russi, defendeu a federação do seu partido com o PDT e o Solidariedade. Ele comentou que o casamento fortalece a base de centro no estado e dá musculatura para que encabechem um projeto para Prefeitura de Cuiabá nas eleições municipais de 2024.

Russi disse que as lideranças nacionais socialistas já deram aval para a aliança e acredita que ela possa se concretizar nos próximos dias.

“Foi discutido no PSB nacional, em Brasília, e aprovado, quase de forma unânime, a federação com PDT e Solidariedade. Lógico que isso não é uma definição ainda pelos

outros partidos, mas já fizeram conversas... eu acredito muito, sinceramente, que vai haver essa federação”, disse em entrevista à imprensa.

Max comentou que nenhum nome surgiu para encabeçar a candidatura, mas destacou que o partido tem nomes fortes, principalmente na Baixada Cuiabana, para liderar a proposta, como o deputado estadual Beto Dois a Um e o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Allan Kardec.

“Se acontecer eu acho bastante positiva, cresce muito em tempo de TV, em bancada, em senadores, isso dá condição para o PSB, junto com esses partidos, trabalhar um nome. Falar um nome é difícil, mas se o Beto,

ou o Allan, ou qualquer outra pessoa dentro do partido tiver interesse - e não havendo federação - a gente vai apoiar e havendo a federação a gente vai conversar com outros partidos porque é isso que vai [ser] tratado, uma divisão de poder dentro dessa federação”, disse.

O presidente do PSB acredita que o elo entre as agremiações vai servir como impulso para conquistar os prefeitos das cidades polos de Mato Grosso, comentando que a intenção do partido é estar na disputa pelo comando de 40 prefeituras na eleição do próximo ano.

“Ganha musculatura para disputar para pleitear uma eleição, porque o encaminhado que a gente tem percebido é que vai diminuir muito

o número de partidos, então vai diminuir o número de candidatos

a vereador, a prefeitos e o PSB essa federação se concretizando vai ter

envergadura e condição de pleitear o cargo majoritário”, analisou.



Max Russi comentou que nenhum nome surgiu para encabeçar a candidatura

**ADVERSÁRIOS POLÍTICOS**

# Lula não vai se contaminar, avalia Lúdio Cabral



Lúdio, do mesmo partido de Lula, cita que o presidente não quer entrar em disputas ideológicas

**Da redação**

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) disse que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deve ser contaminado pela disputa entre o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), e o governador Mauro Mendes (União).

Emanuel e Mauro são adversários políticos e divergem sobre diversos assuntos, entre eles, o modal de transporte coletivo que deve ser implantado na região metropolitana de Cuiabá. O prefeito defende a continuação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e o governador quer o Ônibus de Transporte Rápido (BRT). O assunto chegou ao presidente, que deve consultar sua equipe para tomar pé da situação.

“Nós não podemos deixar que a relação [do Estado] com o Lula seja contaminada pela disputa entre Emanuel Pinheiro e Mauro Mendes. Lula é inteligente, não vai se deixar contaminar por essa disputa. E eu espero que o prefeito não esteja fazendo qualquer movimento com essa finalidade, porque não vai encontrar ressonância no Governo Federal. O Governo Federal quer diálogo com todo mundo”, disse em entrevista à imprensa na quarta-feira, 8 de março.

Emanuel tem se aproximado do presidente nas últimas semanas. Ele tem cumprido diversas agendas nos ministérios e se reuniu com Lula junto com a primeira-dama, Márcia Pinheiro (PV), e o deputado federal

Emanuel Pinheiro Neto (MDB), o Emanuelzinho, que é vice-líder do governo na Câmara Federal. No encontro, os políticos discutiram as demandas da capital e apresentação de programas sociais como Prato Cheio.

Já o governador Mauro Mendes tem recorre ao governo federal para tentar estadualizar o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Ele já foi licitado, mas o governador defende a anulação do certame, alegando que pode fazer mais investimentos que o setor privado, para atrair e fomentar o turismo na região.

Lúdio disse que a gestão do presidente tem por objetivo atender a todos os gestores, independente da ideologia política. Lula esteve em Mato Grosso

na última semana, onde conseguiu reunir bolsonaristas em seu palanque, como o governador e o senador Wellington Fagundes (PL).

“O fato de o Lula vir a Mato Grosso, um estado onde ele não venceu as eleições e o governador foi eleito em oposição a ele, é uma demonstração de que ele governa sem olhar a cor partidária e quer respeitar os gestores em cada nível de governo [...]. Ele botou o dedo na ferida de Mato Grosso, que é de ter esse modelo de exploração econômica que concentra renda e riqueza, que produz, supostamente, alimento, mas que deixa quase 700 mil mato-grossenses passando fome. Então, ele ao mesmo tempo tenciona que é preciso mudar essa lógica”, destacou.

## POR MAIORIA

Por 20 votos a 2, o decreto foi aprovado. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e de Saúde

# AL aprova intervenção na Saúde



## Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) acaba de aprovar o decreto de intervenção do Governo do Estado na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. O resultado se deu por maioria, com 20 votos favoráveis, dois contrários, uma abstenção e uma ausência. Agora, os deputados discutem a composição da comissão externa que acompanhará os serviços do Gabinete de Intervenção. A votação foi realizada na sessão ordinária de quarta-feira, 15 de março.

Os parlamentares seguiram os pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e de Saúde, favoráveis ao decreto.

Antes da votação, os deputados subiram à tribuna para seus discursos contra e a favor da intervenção. Em meio às falas, os deputados dispararam alfinetadas uns contra os outros, além de mirarem tam-

bém nos dois principais agentes da intervenção: o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) e o governador Mauro Mendes (União Brasil), algozes um do outro.

O decreto foi enviado pelo governador para dar cumprimento à decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que determinou a intervenção administrativa na Saúde Pública de Cuiabá.

Esta é a segunda vez que o Governo assumirá a gestão da pasta. Em dezembro, uma decisão monocrática do desembargador Orlando Perri tirou a Saúde das mãos da Prefeitura. A liminar foi suspensa pela ministra Maria Thereza, presidente do Superior Tribunal de Justiça, que determinou que o julgamento fosse realizado pelo colegiado do TJMT.

O caso foi pautado em fevereiro, mas dois pedidos de vista interromperam o julgamento, retomado na semana passada. Assim como na política partidária, a proposta acirrou os ânimos no Poder Judiciário e estremeceu a relação entre desembargadores, que trocaram farpas durante o julgamento.

Mesmo com os ânimos acirrados e a discussão acerca da legalidade da intervenção, os desembargadores, por



A intervenção na Saúde Pública de Cuiabá foi requerida pelo MP-MT, que apontou diversas irregularidades

maioria, chancelaram a liminar concedida em dezembro por Orlando Perri, relator do caso.

O magistrado chegou a citar à imprensa que, em seu entendimento, o governador Mauro Mendes não precisaria colocar o decreto para apreciação da ALMT, por ter sido por determinação judicial. O chefe do Executivo, porém, anunciou à imprensa que, ainda que o desembargador estivesse certo, enviaria o texto para análise dos deputados para evitar problemas.

Mauro Mendes escolheu a enfermeira Danielle Carmona Bertucini, servidora de carreira do Município de Cuiabá, como interventora. O procurador Hugo Felipe Martins de Lima, que foi o interventor em dezembro, irá prestar assessoria jurídica à Danielle.

A nova gestora terá o prazo de 10 dias para apresentar o diagnóstico contábil, financeiro e administrativo da Saúde de Cuiabá, e 15 dias para entregar o plano de intervenção, com as me-

didadas a serem adotadas para regularização dos serviços de saúde, além de apresentar relatórios quinzenais com as providências tomadas.

A interventora deverá prestar contas ao Governo do Estado, à Assembleia Legislativa e à Câmara Municipal de Cuiabá como se prefeita fosse. A decisão do Poder Judiciário dá a ela plenos poderes na pasta, para nomear, exonerar, contratar, licitar, além da parte orçamentária.

A intervenção na Saúde Pública de Cui-

bá foi requerida pelo Ministério Público do Estado (MP-MT), que apontou diversas irregularidades na pasta, como falta de profissionais, de medicamentos e insumos em diversas unidades da capital.

Também pesou contra a Administração Municipal a quantidade de operações policiais contra ex-secretários e servidores por supostos esquemas de corrupção na pasta.

## VEJA OS VOTOS

## Favoráveis

Alex Sandro  
Beto Dois a Um  
Cláudio Ferreira  
Damiani da TV  
Diego Guimarães  
Dilmar Dal Bosco  
Dr Eugênio  
Dr João  
Eduardo Botelho  
Faissal  
Gilberto Cattani  
Janaina Riva  
Julio Campos  
Ludio Cabral  
Max Russi  
Nininho  
Paulo Araújo  
Sebastião Rezende  
Thiago Silva  
Wilson Santos

## Contrários

Juca do Guaraná  
Valdir Barranco

## Abstenção

Elizeu Nascimento

## Ausência

Fábio Tardin

## MUDANÇAS NA SAÚDE

## Interventora exonera 47 e nomeia 4 adjuntos

## Da redação

Foi publicada em edição extra do Diário Oficial do Estado de quarta-feira, 15 de março, a criação do Gabinete de Intervenção na Secretaria de Saúde de Cuiabá, em cumprimento à decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

Conforme o decreto de intervenção n. 14/2023, o Gabinete contará com a participação de servidores públicos do Estado e vai assessorar as atividades desenvolvidas no período em que durar a intervenção, até que se cumpram efetivamente todas as providências necessárias à regularização da saúde na cidade de Cuiabá.

O documento ainda destaca que os servidores da Secretaria Municipal de Saúde e

da Empresa Cuiabana de Saúde Pública ficam submetidos administrativa e funcionalmente à interventora Danielle Carmona Bertucini, indicada pelo governador Mauro Mendes.

A edição extra do Diário Oficial também traz o decreto de intervenção n. 15/23, no qual a interventora faz a nomeação de quatro servidores que atuarão como secretários adjuntos na Saúde de Cuiabá.

São eles: Najila Brito Lima Muller, como secretária adjunta de Atenção Secundária; Catarina Célia de Araújo Amorim, como secretária adjunta de Atenção Primária; Deisi de Cássia Bocalon Maia, como secretária adjunta de Planejamento e Operações; e Josias Jovino Pulquério, secretário adjunto de Gestão.

O decreto de intervenção n.º 15/23 também determina a exoneração de 47 servidores que ocupam cargos em comissão na Secretaria Municipal de Saúde. Veja a lista abaixo

Os documentos são assinados pela interventora Danielle Carmona Bertucini.

**INTERVENÇÃO** - A intervenção da saúde de Cuiabá foi determinada em decisão colegiada do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, após pedido do Ministério Público do Estado, que apontou diversas irregularidades na gestão municipal da saúde, como falta de médicos e remédios.

A intervenção na Secretaria de Saúde de Cuiabá e Empresa Cuiabana de Saúde será até o dia 12 de junho de 2023, com a finalidade de reorganizar a administra-

ção do setor e cumprir decisões judiciais que determinam a realiza-

ção de cirurgias, disponibilização de consultas e medicamentos, entre

outras demandas reprimidas da saúde pública municipal.

## LISTA DE SERVIDORES EXONERADOS:

Adriana de Deus Maciel da Cruz	Ivo Olavarria de Melo
Alan Borges e Silva	Jacimeiry Dos Santos de Oliveira
Alcino Ferreira do Nascimento	Janie Batista Costa
Alessandra da Costa Carvalho	Josy Anne Venero Amorim
Alessandro Roberto Rondon de Brito	Lucas Cristiano de Amorim Sodre
Alexandre Viegas Ferreira Mendes e Dias	Lusimar Fatima Martins
Altayr Paixao dos Santos	Marcela Moreira de Lima
Amalia Lara Pinto Toledo	Maria Estela Moura
Ana Carolina Lara Da Silva Jurema	Taboreli Silva
Ângela Maria de Assunção	Mariella Padilha
Benedito Oscar Fernandes de Campos	Marinete de Oliveira Ribeiro
Daniele Ramos Filsinger da Silva	Noeli Cichoski da Silva
Deiza da Silva Prado Almeida	Onofre Russo Filho
Dejanine Soares da Silva	Rafaely De Paula Metelo
Elvio Vieira Dos Anjos	Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho
Emerson Pires Sousa	Rosana Lidia de Queiroz
Felipe Nascimento Candido	Roseli Nunes da Silva Barranco
Flavia Guimaraes Dias Duarte	Thaissa Cardoso Mendonca Haponiuk
Flavio Jose da Cunha	Thiago Henrique Vieira
Flavio Mello Rangel	Valdeci José da Costa
Gilmar de Souza Cardoso	Valeria Benedita Santos de Oliveira
Gabriel Jesus dos Santos Oliveira	Vilma Alves Fraga
Gilson Guimaraes de Sousa	Wille Marcio Nascimento Calazans
Giovani Anderson Rosa Moya Coenga	Wilson Aparecido Carvalho Cutas
Guilherme Salomão Dos Santos	

## 'FACÃO' NA SAÚDE

## Interventora exonera 27 servidores e secretário

## Da redação

A interventora do Estado na Saúde de Cuiabá, Danielle Carmona Bertucini, exonou mais um grupo de servidores da pasta municipal, entre eles, o secretário de Saúde, Guilherme Salomão dos Santos. A lista de exonerados foi publicada na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) que circulou nesta sexta-feira, 17 de março.

No total, foram demitidos 28 funcionários,

sendo 26 da Saúde e os dois principais diretores da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, o diretor-geral Paulo Ros e o diretor técnico Vinicius Gatto. Veja a lista completa no final da matéria

"Havendo servidores em gozo de férias ou licença, a exoneração surtirá efeitos no primeiro dia de retorno ao exercício do cargo", diz trecho da publicação.

Ao todo, desde o início do período interven-

75 pessoas que foram nomeadas pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

No decreto, a interventora destaca que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso conferiu a ela "amplos poderes de gestão e administração, podendo editar decretos, atos, inclusive orçamentários, fazer nomeações, exonerações, determinar medidas imperativas aos subordinados e demais servidores da Secretaria, até que se cumpram efetivamente todas as pro-

vidências necessárias à regularização da saúde na cidade de Cuiabá".

Na edição do Diário Oficial, ela nomeou 37 pessoas para ocupar os cargos que estavam vagos, principalmente de coordenadores de Policlínicas e técnicos.

**RESULTADOS** - A equipe interventora terá que apresentar em 10 dias o primeiro relatório contendo o diagnóstico da Saúde de Cuiabá ao Tribunal de Justiça (TJ), Tribunal de Contas do

Estado (TCE), Ministério Público e Assembleia Legislativa.

Com base nesses levantamentos, serão definidas as ações do processo de intervenção, a fim de melhorar o atendimento à população. Tanto o processo seletivo quanto o concurso para contratar profissionais de saúde continuam em andamento para suprir as demandas das unidades do município.

**INTERVENÇÃO** - Órgão Especial aprovou o voto apresentado por

Perri, que defendeu a medida após denúncias de irregularidades apresentadas pelo Ministério Público. Ele que havia decidido, monocraticamente, a intervenção no final do ano passado, decisão derrubada pela presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, determinou a suspensão da intervenção até que o processo fosse julgado pela turma colegiada do TJMT.

**ELEIÇÕES 2024**

Deputado defende definição de regras claras para a disputa interna do partido quanto ao nome que irá disputar a Prefeitura de Cuiabá

# Botelho nega preferências no União

Gilberto Leite

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), defendeu a definição de regras sobre a disputa interna que precisará travar para conseguir o apoio dos membros de seu partido, principalmente do governador Mauro Mendes, ao seu projeto político para as eleições municipais de 2024.

Acontece que além dele, lideranças do União Brasil têm defendido que o representante da sigla na disputa ao comando do Palácio Alencastro seja o deputado federal

Fábio Garcia, inclusive com a “benção” do governador.

“Não tem arestas nenhuma. O que tem que fazer é algumas combinações, por exemplo, como nós vamos tocar [o projeto eleitoral]? Como vai ser? A regra do jogo tem que ser bem definida, estando dentro das regras não tem problema nenhum, segue o jogo”, destacou em entrevista à imprensa.

Botelho comentou que pretende ampliar as articulações para “cair nas graças” da maioria e assim conseguir colocar em prática o seu projeto.

“Eu tenho que trabalhar meu nome, o Fábio tem que trabalhar o nome dele e lá na frente nós vamos ver quem é que está agradando mais, quem está conseguindo levar a mensagem para a população, quem gera mais expectativas e a esperança da população de recuperar Cuiabá e fazer uma boa

administração e é isso que nós vamos ver lá na frente”, falou.

Ao ser questionado sobre a possibilidade de deixar a legenda, caso sua candidatura seja barrada, Botelho desviou e disse apenas que está “satisfeito” em seu partido. Apesar da declaração, o PSD tem reforçado convite para o deputado ingressar no partido e disputar a Prefeitura de Cuiabá.

Nos bastidores, a preferência de Mendes por Garcia é dada como certa. O deputado federal é apadrinhado político do governador e constantemente compra a briga de Mendes, enquanto Botelho mantém a linha diplomata e prefere encerrar os desgastes de forma republicana. Mesmo o apoio do governador a Fábio Garcia sendo nítido a quem acompanha a política, Eduardo Botelho mantém o discurso mais voltado à neutralidade em relação a esse assunto.



Botelho terá que enfrentar disputa interna no União para emplacar sua candidatura à Prefeitura de Cuiabá

“Eu não vejo dessa forma [Garcia com preferência do governo]. Eu tenho apoio, eu tenho minha história, te-

nho minha vida”, destacou.

Além dos dois, o União Brasil tem na lista de pretensos candidatos

os secretários estaduais Mauro Carvalho (Casa Civil), Gilberto Figueiredo (Saúde) e Rogério Gallo (Fazenda).

**"BUCHA INDESEJADA"**

# Vice-líder nega interferência em intervenção

Gilberto Leite

**Da redação**

O vice-líder do governo na Assembleia, deputado Beto Dois a Um (PSB), rebateu as declarações da oposição de que o governador Mauro Mendes (União) teria agido politicamente para que a intervenção fosse decretada na Secretaria de Saúde de Cuiabá.

Segundo o parlamentar, o processo foi decretado pela Justiça após inúmeras irregularidades que foram apontadas pelo Ministério Público e devido à má gestão do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Ele destacou que a ação judicial não levou em conta as operações que foram deflagradas na pasta e o afastamento de ex-secretários.

Ele ainda acrescentou que o governador não tem interesse em segurar a “bucha” e que está apenas cumprindo uma decisão judicial.

“Eu acho que nós não temos que trabalhar po-

liticamente. Essa decisão, não é uma decisão política, não é a vontade do governador Mauro Mendes ou do Governo do Estado segurar uma bucha desta. A intervenção aconteceu porque o município de Cuiabá, a saúde de Cuiabá, é um grande problema. O governador, eu tenho a convicção, não tem o menor desejo [de assumir a pasta], ele simplesmente está cumprindo uma decisão do Tribunal de Justiça”, disse no plenário da Assembleia.

A fala do vice-líder foi para rebater o discurso feito pelo deputado Valdir Barranco (PT), um dos que votaram contra a medida, que declarou que esse processo foi politizado pelo governador que ainda não aceita a derrota que teve na eleição de 2020, na qual seu adversário político, o prefeito Emanuel Pinheiro, derrotou seu aliado, o atual deputado federal Abílio Brunini (PL) e foi reeleito.

“Isso contaminou todo esse processo. [...] Todos sabem, todos nós, se ligarmos o rádio pela manhã ouvimos a população dizer que há sim uma participação direta e política do governador nesse processo. Então, a questão aqui é política desde o início foi política, o governador que botar a mão na saúde e quero dizer que não dá conta, a Santa Casa que ele pegou para si, a Comissão de Saúde foi lá e não está tanto conta, todos os dias morrem pessoas na fila”, disse.

Valdir Barranco é um dos poucos apoiadores de Emanuel Pinheiro dentro do Partido dos Trabalhadores. Até esta quarta-feira, 15, sua esposa Rosângela Barranco, era comissionada na Saúde do Município de Cuiabá. Ela foi exonerada pela interventora nomeada pelo governador Mauro Mendes, a enfermeira Danielle Carmona Bertucini.

As demais lideranças do PT caminham em direção contrária ao de Barranco. Seu colega de Parlamento, Lúdio Cabral, foi um dos parlamentares a votar favoravelmente à intervenção, mesmo sendo oposição ao governador Mauro Mendes. Já no Legislativo Municipal, a vereadora Edna Sampaio apresentou requerimento para instalação de uma comissão processante contra o prefeito, por suposto colote em emendas parlamentares. O processo, se acolhido, pode culminar na cassação de Emanuel.

**PROJETO** - Na quarta-feira, 15 de março, por 20 votos a dois, os deputados aprovaram o decreto de intervenção do Estado na Saúde pública de Cuiabá. Além disso, formaram uma comissão externa, que será liderada pelo ex-aliado do prefeito, deputado Paulo Araújo (PP), para acompanhar os trabalhos que serão feitos pela equipe interventora.



Beto Dois a Um avalia que governador não tem interesse em segurar “uma bucha desta”

**LIDERANÇA AMEAÇADA**

# 'Não existe coronelismo no MDB', diz Carlos Bezerra

Gilberto Leite



O presidente do MDB em Mato Grosso, o ex-deputado federal Carlos Bezerra, disse que sua permanência no comando vai depender das lideranças do partido

**Da redação**

O presidente do MDB em Mato Grosso, o ex-deputado federal Carlos Bezerra, disse que sua permanência no comando vai depender das lideranças do partido. A eleição interna deve ser realizada no segundo semestre deste ano. Há uma corrente dentro da sigla que defende a permanência de Bezerra na liderança devido ao seu histórico político, mas, do outro lado, há emebistas que defendem uma renovação, com outros nomes à frente do partido, principalmente após ele perder a eleição no ano passado.

Ao ser questionado pela imprensa sobre o tema, o cacique da sigla

preferiu não comentar se vai ou não colocar seu nome à disposição para continuar à frente do MDB no Estado. Ele ressaltou que as definições não terão interferência.

“Quem decide isso [presidência] é a base do partido, não sou eu. Delegados de todo o estado virão e vão dizer se querem ou não querem... não existe coronelismo no partido. Sempre foi assim”, ressaltou.

Bezerra disse que vai se ausentar do comando do MDB por três meses para dar oportunidade para que a vice-presidente da agremiação, deputada estadual Janaina Riva, possa assumir a direção e liderar as convenções municipais que estão ocorren-

do no estado para iniciar as deliberações sobre as eleições de 2024.

“Talvez por uns 60 ou 90 dias [de licença] para que a deputada Janaina exerça um pouco a presidência do partido, depois retornaremos para dar continuidade aos trabalhos. Apenas para dar uma oportunidade à deputada Janaina para presidir o partido”, disse.

O MDB vive uma divisão interna entre o grupo do prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, e outro ligado ao governador Mauro Mendes (União), que são adversários políticos. Nos bastidores comentam que algumas lideranças defendem que a presidência fique com o deputado federal Juarez Costa ou com Janaina Riva.

## FECHANDO AS CONTAS

Levantamentos apontam que número de famílias com contas atrasadas diminuiu em Cuiabá, mas aumentou no interior de Mato Grosso

## Inadimplência é a menor na história



Da redação

O número de famílias inadimplentes, isto é, que possuem contas atrasadas, apresentou queda em Cuiabá, ao mesmo passo em que houve aumento em todo o estado. É o que apontam os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

O levantamento que mostra queda da inadimplência em Cuiabá é da CNC e foi analisado pelo Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio (IPF/MT). O estudo mostra que houve uma redução das famílias endividadadas, de 28,1% para 26,4%, na passagem de janeiro para feverei-

ro. Quando comparado com fevereiro de 2022, a queda é ainda maior: 5,8 pontos percentuais.

Ainda segundo o IPF, a inadimplência registrada em fevereiro é a mais baixa da série histórica.

Já o percentual de famílias cuiabanas endividadadas, ou seja, aquelas que possuem dívidas que ainda não venceram, é de 82%, registrando um aumento de 3,1 pontos percentuais entre janeiro e fevereiro. Quando comparado com fevereiro do ano de 2022, o aumento de endividadados é de 14,8%, pois, naquele mês, 71,4% das famílias estavam endividadadas.

O presidente da Fecomércio e vice-presidente da CNC, José Wenceslau de Souza Júnior, avalia que os dados mostram que a economia de Mato Grosso e da capital está aquecida e que o alto endividamento não é visto como um fator negativo, pois, pelo menos na capital, as famílias tem conseguido reduzir a inadimplência.

“Apesar de o endividamento ser um fator de



Número de inadimplentes em Cuiabá caiu para 26,4%, menor nível da história, segundo a Fecomércio

observação, a população do estado se mostra positiva na aquisição de crédito e positiva para o pagamento, com apenas 1,59% das operações de crédito indicando inadimplência, conforme dados do próprio Banco Central”, afirma o presidente da Fecomércio.

Ainda segundo o levantamento da CNC, as famílias que possuem renda acima de 10 salários-mínimos são as mais endividadadas, enquanto as que ganham menos de 10 salários-mínimos têm mais dificuldade para pagar as contas. A maior parte

das dívidas, em 79,2% dos casos, é com o cartão de crédito. Já o carnê ocupa a segunda posição, com 34,3%.

## INADIMPLÊNCIA NO INTERIOR

Já os dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), analisados pelo Núcleo de Inteli-

gência de Mercado da CDL Cuiabá, mostram que o número de inadimplentes, quando se considera toda a população de Mato Grosso, apresentou alta de 1,53% entre janeiro e fevereiro. Por outro lado, na região Centro-Oeste, houve queda de 1,31% no número de inadimplentes.

Quando comparado com o mês de fevereiro de 2022, o número de devedores em Mato Grosso apresentou alta de 4,04%. Essa variação é menor que a média nacional, que registrou aumento de 7,5%. No estado, os homens são os que mais estão endividadados, representando 53,9% do total, contra 46,11% de mulheres. A maioria dos endividadados, 40%, tem entre 40 e 64 anos.

O SPC Brasil estima que, em fevereiro de 2023, havia 65,45 milhões de consumidores pessoas físicas negatizadas no Brasil, o que representa 40,28% da população adulta do país. Já em Mato Grosso, o número fica próximo a 1,140 milhão.

## NOVELA DO MODAL

## AGU aciona o Supremo para travar as obras do BRT em MT

Da redação

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconsiderasse a decisão que suspendeu o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU), que por sua vez barrou o processo licitatório do BRT (Ônibus de Trânsito Rápido) em Cuiabá e Várzea Grande. A AGU afirma que a decisão tira a competência do órgão em expedir recomendações a órgãos federais, o que violaria a Constituição Federal.

O documento é assinado pelo advogado da União, Gustavo Henrique Catisane Diniz.

“Desse modo, eventual incompetência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar o referido empreendimento redundaria na impossibilidade de o órgão de controle expedir determinações e recomendações ao Ministério do Desenvolvimento Regional e à Caixa Econômica Federal, em total desconhecimento do preconizado nos arts. 70 e 71 da Constituição”, diz trecho do documento.

Segundo a AGU, considerar essa suposta incompetência por causa da ausência de recursos federais é interpretar de forma equivocada a forma como se dará o desenvolvimento do BRT na Baixada Cuiabana, já que órgãos e entidades do Governo Federal irão atuar de forma intensa. A AGU cita como exemplo a parceria entre o Governo do Estado, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional (SM-DRU/MDR).

A peça também menciona que o Tribunal de Contas do Estado (TCE-

-MT), autor do mandado de segurança contra o acórdão do TCU, não poderia ingressar com o pedido. Isso porque o acórdão é claro em direcionar sua decisão ao Estado de Mato Grosso e, portanto, apenas ele teria a autonomia para ingressar com o recurso.

“Nesse sentido, cumpre enfatizar que a jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal é uníssona no sentido de que o mandado de segurança pressupõe a existência de direito próprio do impetrante e somente o titular do direito lesado pode se socorrer desse instrumento processual de índole constitucional”, pontua o documento.

Ainda nesta mesma fundamentação, a AGU cita que a Procuradoria-Geral da República (PGR) também se manifestou contra a legitimidade do TCE para propor o mandado de segurança.

Outra alegação do órgão é em respeito ao prazo. O acórdão do TCU foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 24 de novembro de 2021, enquanto o mandado de segurança só foi protocolado nove meses depois, em 22 de agosto de 2022.

A AGU cita que o STF possui uma diretriz jurisprudencial que estipula a publicação no DOU como início para contagem do prazo decadencial, ou seja, início da contagem de tempo para que os interessados acionem seus direitos por meio de ações judiciais.

O CASO - O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), e o governador Mauro Mendes (União Brasil) têm travado uma queda de braço pelo novo modal a ser instalado em Cuiabá e Várzea Grande. O primeiro defende

a conclusão das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), enquanto o segundo decidiu por enterrar de vez o modal e substituí-lo pelo BRT.

O VLT foi o transporte coletivo escolhido para ser implantado nas duas maiores cidades de Mato Grosso para a Copa do Mundo 2014, mas nunca foi entregue à população, mesmo já tendo custado mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

Conhecido por “modal da corrupção”, o VLT está envolto a uma série de escândalos, por superfaturamento, compra de vagões além do necessário e pagamento de propina. Sua conclusão foi prometida por diferentes gestores, entre eles, os adversários.

A obra é de responsabilidade do Governo do Estado, mas Emanuel prometeu assumir pra si a responsabilidade quando disputou a eleição em 2016. A obra, porém, nunca foi retomada.

Mauro Mendes também prometeu dar um fim ao imbróglio quando disputou as eleições em 2018. Em dezembro de 2021, ele comunicou a conclusão dos estudos técnicos e anunciou a substituição do VLT pelo BRT.

O modal, que já tramitava em diferentes ações judiciais e esferas jurídicas, se tornou alvo de mais peças, administrativas e judiciais, na briga entre os dois gestores.

Entre essas está o acórdão do TCU, que acolheu parcialmente o pedido do Município de Cuiabá e determinou a suspensão do processo licitatório do BRT. O TCE então ingressou com mandado de segurança no STF alegando que o órgão federal estava invadindo a competência e que não tinha legitimidade sobre o caso, uma vez que o BRT não con-



A AGU afirma que a decisão tira a competência do órgão em expedir recomendações a órgãos federais, o que violaria a Constituição Federal

taria mais com recursos federais.

O STF acolheu o pedido e suspendeu o acórdão do TCU, destravando assim o início das obras do BRT.

O Governo do Estado já deu início à retirada dos trilhos do VLT em Várzea Grande, onde

o prefeito Kalil Barakat (MDB) apoiou a alteração do modal. Já em Cuiabá, o processo segue parado, onde a Prefeitura alega ausência de documentos importantes no projeto para autorizar seu início.

Recentemente, o colegiado do TCE aco-

lheu o parecer do conselheiro Sérgio Ricardo e estipulou o prazo de quinze dias para o Município apresentar um posicionamento fundamentado acerca do requerimento do Estado, para que a retirada dos trilhos seja também iniciada na capital.

Espelhos deixam o ambiente mais elegante!

PEÇA UM ORÇAMENTO!  
(65) 3642-3344  
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS

**CARNE BOVINA**

De acordo com o Imea, um dos motivos é o embargo chinês por conta de um caso atípico do mal da vaca louca registrado no Pará

**MT registra queda nas exportações****Da redação**

As exportações de carne bovina de Mato Grosso tiveram uma queda de 10,18% em fevereiro, em comparação com o mês de janeiro. A informação é do boletim semanal da bovinocultura, divulgado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), na segunda-feira (13). Em fevereiro, foram exportadas 42,88 mil toneladas equivalentes carcaça (TEC).

De acordo com o Imea, essa redução foi impulsionada pelo embargo à carne brasileira pela China, após a confirmação de um caso atípico do mal da vaca louca em Marabá, no Pará. China e Brasil possuem um acordo que estabelece a paralisação total das exportações quando de-

tectado a doença, mesmo em casos atípicos.

O caso atípico ocorre em animais mais velhos, causando degeneração do cérebro do animal e não impõe riscos ao restante do rebanho. Já o caso clássico da doença ocorre quando o animal consome ração que contenha 'restos' de animais contaminados. No Brasil, entretanto, é proibido por lei a utilização de restos de animais na ração.

Os embarques para a China estão suspensos desde o dia 23 de fevereiro. Portanto, mesmo tendo ocorrido no final do mês, o embargo teve forte impacto no volume de exportações. O Imea pontua também que já era esperada uma redução, tendo em vista que o mês de fevereiro teve apenas 28 dias, contra 31 de janeiro.

Já a receita dos produtores também apresentou queda de 10,59% em fevereiro, na comparação com o mês de janeiro.

Apesar da redução nos embarques totais, o volume ainda é 32,73% acima da média exportada no mês de fevereiro dos últimos 5 anos, mostrando



Os embarques para a China estão suspensos desde o dia 23 de fevereiro

que o mercado ainda está aquecido. O mercado pecuário ainda aguarda a retomada das compras chinesas, com expectativa de que ocorra ainda neste mês, segundo o ministro Carlos Fávaro.

Já o preço da arroba do boi apresentou uma valorização pontual de 0,84% ante a última semana de fe-

vereiro de 2023, sendo negociado na média de R\$ 237,20/@. Por outro lado, o preço da vaca gorda teve uma queda de 0,59% no comparativo semanal, sendo cotada na média de R\$ 214,18/@ em Mato Grosso.

A redução do preço da arroba da vaca gorda é explicada pelo grande volume de fêmeas en-

viadas aos frigoríficos. Devido ao caso do 'mal da vaca louca', os frigoríficos estão segurando os abates dos machos, aguardando a abertura do mercado com a China.

Segundo o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), houve uma redução de quase 30% no abate de machos, enquanto hou-

ve aumento de 6,6% no abate de fêmeas. Quando considerado os abates totais, a redução é de 14,5%. Ademais, os animais estão aguardando mais de 8 dias para serem terminados, reforçando a tese de que os frigoríficos estão 'segurando' abates.

O Imea também destaca o aumento de abates de vacas com até 24 meses, que teve um aumento de 16,22% na comparação com o mês de fevereiro com janeiro. Isso indica que os frigoríficos estão fornecendo mais carne "premium" para esse mercado consumidor. Já o abate de vacas com mais de 36 meses registrou aumento de 6,11%.

O aumento de participação das fêmeas no mercado é resultado da virada de mais um ciclo da pecuária. Pecuáristas, atualmente, estão completamente insatisfeitos com os preços pagos pela arroba e estão descartando matrizes para reduzir a oferta da proteína no futuro e, por consequência, garantir melhores preços, que não vêm cobrindo os custos atuais de produção.

**PRIMEIRO BIMESTRE****Exportação de frango tem crescimento de 130%****Da redação**

A exportação de carne de aves em Mato Grosso cresceu 130% no primeiro bimestre. Ainda em relação ao mesmo período do ano passado, a receita saltou de US\$ 18 milhões para US\$ 41 milhões. Em volume, o aumento é de 114%, passando de nove mil toneladas para 19 mil toneladas.

O levantamento consta no Boletim Comex MT, produzido pelo Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt). Os dados mostram ainda que o estado permanece na oitava posição no ranking de nacional de exportação deste produto e corresponde por cerca de 3% da participação nacional.

"As principais operações são para o Oriente Médio e Ásia, tendo também comercialização de menor volume com África e América Central. Somente para a Arábia Saudita e Emirados Árabes foram exportadas mais de sete mil toneladas, o equivalente a US\$ 16,5 milhões", destaca Antonio Lorenzini, supervisor do CIN/Fiemt.

Além desses países, o Japão importou US\$ 7 mi (2,8 mil toneladas), Iêmem US\$ 4,5 mi (2,2 mil toneladas) e o Catar US\$ 3,6 milhões (1,7 mil toneladas).

Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), desde 2004 o Brasil é líder na exportação mundial de frangos.

"A guerra na Ucrânia provocou uma demanda maior por alimentos e aliado a questão cambial houve um considerável aumento nas exportações de carne de frango para o Oriente Médio. A minha indústria, por exemplo, tem destinado cerca de 90% da nossa produção para esses países", afirma Cidinho Santos, diretor do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos de Mato Grosso (Sindifrig MT) e empresário do setor.

**MERCADO NACIONAL** - Apesar do grande volume destinado para exportação, ainda segundo a ApexBrasil, cerca de 70% da produção de aves é destinada para o mercado interno. Atualmente, a exportação de carne de aves ocupa



Receita com exportação de frango saltou de US\$ 18 milhões para US\$ 41 milhões no primeiro bimestre de 2023

a sétima colocação no ranking nacional.

No primeiro bimestre, os estados que mais exportaram o produto

foram: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. Nes-

te período, somente em carne de aves, o Brasil exportou US\$ 1,4 bilhão, o equivalente a 730 mil toneladas do produto.

**DÍVIDAS COM BANCOS****Mutirão de Negociação Financeira vai até dia 31****Karine Melo - Agência Brasil**

Consumidores com dívidas no cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado e demais modalidades de crédito em atraso com bancos ou financeiras podem participar do Mutirão de Negociação e Orientação Financeira. A campanha vai até o dia 31 de março e é uma iniciativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com apoio da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon/MJSP). O mutirão não inclui dívidas que tenham bens dados em garantia (como veículos,

motocicletas e imóveis).

"Considerando a situação de endividamento em todo o Brasil, acreditamos que este tipo de iniciativa, dos mutirões, é de extrema importância, pois oferece ao consumidor a oportunidade de renegociar suas dívidas e de equilibrar suas finanças", disse o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Senacon, Ricardo Blattes.

Já o secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, alerta que é preciso atenção para evitar que uma dívida se perpetue: "a parcela de consumidores brasileiros superendividados é considerável e os muti-

rões têm oportunizado negociações que beneficiam os consumidores. Contudo, a Senacon está vigilante às práticas de negociação que se caracterizam em balcão de novas contratações originando a perpetuação de dívidas".

**DESCONTOS** - As negociações podem ser feitas diretamente com o portal www.consumidor.gov.br, da Senacon, que o consumidor acessa por meio de conta Gov.br categoria prata ou ouro, ou com o banco ou financeira.

Durante a campanha, que também conta com o apoio dos Procons estaduais e do Banco Central, serão oferecidos descontos e prazos es-

peciais de pagamento da dívida, a critério de cada instituição, que define as regras e condições a serem ofertadas.

Na página sobre o Mutirão Nacional, há vídeos mostrando o passo a passo sobre como acessar o portal, encontrar a instituição e abrir o pedido de negociação.

No último mutirão, realizado em novembro do ano passado, mais de 2,3 milhões de contratos foram renegociados pelos bancos, trazendo alívio financeiro imediato para os endividados.

**SUPERENDIVIDADOS** - Caso o consumidor esteja superendividado, ou seja, impossibilitado de quitar e manter a sua

subsistência ou a de sua família, a orientação é procurar o Procon mais próximo e pedir orien-

tação. O Mutirão não é indicado para o consumidor protegido pela Lei do Superendividamento.

**PASSO A PASSO DO MUTIRÃO:**

- 1 - Ao acessar a plataforma Registrato, do Banco Central, o consumidor pode consultar gratuitamente empréstimos e financiamentos existentes em seu nome e outras informações de seu relacionamento com as instituições financeiras, como conta corrente, investimentos e chaves Pix, por exemplo.
- 2 - O consumidor pode utilizar uma das planilhas gratuitas disponíveis no portal Meu Bolso em Dia para descobrir o valor com que poderá contar para pagar suas dívidas. As tabelas já estão prontas, com as fórmulas de cálculos feitas. Basta inserir as entradas e saídas de dinheiro para ter um panorama das finanças.
- 3 - Na ocasião da negociação com a instituição credora, o consumidor interessado deve informar a dívida que pretende quitar e perguntar quais são as condições oferecidas para a sua quitação. Se concordar com o proposto, um acordo de negociação será assinado. Caso não concorde, o consumidor pode fazer contrapropostas para chegar a um acordo que caiba no bolso.

**PESO NO BOLSO**

Preços dos alimentos básicos para uma família de 4 pessoas se mantêm no mesmo patamar há quase um mês, com variação de menos de 1%

**Cesta se mantém acima de R\$ 770****Da redação**

Com crescimento de 0,01% na terceira semana de março, a cesta básica atingiu R\$ 774,37 em Cuiabá e segue em ritmo de estabilidade nos preços pela quarta semana consecutiva. O indicador tem apresentado pequenas altas, que, juntas, totalizam crescimento de 0,41% desde a última semana de fevereiro, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT).

Um dos produtos que teve maior variação foi o tomate, que cresceu 11,85% na semana, devido a menor colheita da safra atual, impactando sua oferta e preço nos supermercados. Já a batata e a banana registraram retração semanal no preço de -4,23% e -2,83%, respectivamente. As boas produções contribuíram para a melhora da disponibilidade desses alimentos nos mercados, diminuindo, assim, seus valores.



Um dos produtos que teve maior variação foi o tomate, que ficou 11,85% mais caro na última semana

Para o superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, a estabilização no valor, com as principais variações nos preços dos itens sendo observados nos mesmos alimentos. "A estabilidade no indicador da cesta básica se mantém em patamar bem abaixo do averiguado em janeiro deste ano, quando somou valores acima dos 800 reais. A questão climática é quase que, exclusivamente, o principal fator para as variações nos preços de alguns alimentos".

Ainda conforme análise do IPF-MT, outros alimentos que registraram variação

negativa, como o leite, carne bovina, óleo de soja e café em pó podem beneficiar o consumo direto ou indireto, por meio da participação desses itens em composição de outras cadeias produtivas.

**LEVANTAMENTO ANUAL** - Apesar da estabilidade nas últimas semanas, o indicador da cesta básica na terceira semana de março do ano passado era cotado a R\$ 690,80, ou seja, 12,10% menor que o averiguado na semana atual. O superintendente da Fecomércio-MT destaca as variáveis que influenciaram no valor neste período.

"Entre as semanas dos últimos 12 meses, foram averiguados impactos político-econômicos na cesta básica, como o conflito entre Rússia e Ucrânia e as eleições brasileiras, além das sazonalidades de alguns alimentos, como o caso do tomate, batata e a cadeia produtiva do leite", explicou Cunha.

Segundo IPF-MT, o aumento de R\$ 83,57, bem acima do averiguado em março de 2022, reflete no consumo e no comprometimento da renda das famílias, mostrando como foi o impacto do preço dos alimentos na região no último ano.

**NOVA MEDIDA****Mistura de biodiesel passará a 12% em abril**

Andreia Verdélio/ABR

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução que estabelece em 12% o teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil, a partir do mês de abril, e o aumento para 15% de forma progressiva até 2026. Hoje, esse percentual é de 10%. A decisão foi tomada em reunião do CNPE, nesta sexta-feira (17), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a medida, a previsão é que haja aumento de 2 centavos no preço do diesel na bomba para o consumidor.

"Fizemos estudos técnicos profundos para evitar que tivesse um impacto econômico muito grave no preço do diesel e, portanto, chegamos à conclusão que o número mais coerente [é de 12%], que não impacta praticamente nada, 1 centavo a cada 1% do aumento da composição [de biodiesel]", explicou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista após a reunião.

A mistura de biodiesel no diesel, assim como a mistura de etanol na gasolina, foi instituída com o objetivo de reduzir as emissões de poluentes

prejudiciais ao meio ambiente e à saúde da população. Em março de 2021, o CNPE autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a elevar o percentual a 13%, mas a medida foi revista pelo governo Jair Bolsonaro na tentativa de frear o aumento de preço dos combustíveis.

Com a decisão de hoje, a adição de biodiesel subirá para 12% a partir de abril deste ano, 13% em abril de 2024, 14% em abril de 2025 e 15% em abril de 2026.

"Sem prejuízo do CNPE, a qualquer momento, poder revisitar esses números", explicou Alexandre Silveira.

Segundo o ministro, a decisão visa equilibrar diversos aspectos, como as questões ambiental, produtiva e social. Enquanto a indústria do biodiesel e os ambientalistas esperavam um aumento mais acelerado desse percentual, a medida pesa no bolso do consumidor e é criticada pelo setor de transporte, que aponta falta de qualidade do biocombustível para misturas acima de 10%, o que causaria problemas mecânicos nos veículos, como a formação de borra nos motores.

**DE VOCÊ PARA O MUNDO****Mês da Mulher**

3401528520846

**ATODERM**  
ÓLEO DE BANHO 1L  
DE 237,49  
POR **149,99**

703387008408

**LOOD PANTERA**  
DEO COLÔNIA 75ML  
DE 249,88  
POR **165,99**

7891010248130

**NEOSTRATA MINESOL**  
CORPO/ROSTO A-OXI  
FPS 99 200ML  
DE 154,98  
POR **99,99****Unimed**  
Cuiabá